



MEMÓRIA E TRAUMA DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA EM O CORPO INTERMINÁVEL (2019), DE CLAUDIA LAGE

Thiago Felício Barbosa Pereira* ¹

*Universidade Federal do Piauí (UFPI)
e-mail: thiaggofbp@gmail.com

Adélia Araújo Cardoso* ²

*Universidade Estadual do Piauí (UESPI)
e-mail: adeliacds34@gmail.com

Resumo: O presente artigo analisa os aspectos da memória e do trauma, por meio da representação literária do regime militar no romance contemporâneo *O corpo interminável* (2019), de Claudia Lage. Assim como, aborda uma discussão teórica sobre o conceito de memória coletiva e trauma; investiga a representação literária da Ditadura Civil-Militar; bem como se analisam a estrutura de composição e as categorias da narrativa. Além disso, o trabalho descreve a representação da Ditadura, da memória coletiva e do trauma na obra. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, qualitativo e explicativo, que pretende evidenciar a história de mulheres guerrilheiras que foram silenciadas por todos os tipos de repressão, preconceitos, exclusões e visões autoritárias. Assim como, reconstruir as memórias traumáticas da Ditadura ao fazer com que o passado seja lembrado por novas gerações, por meio da resistência do testemunho na sociedade. Para isso, utilizaram-se os estudos dos seguintes teóricos: Maurice Halbwachs, Alfredo Bosi, Jeanne Marie Gagnebin, Márcio Seligmann-Silva e Dom Paulo Evaristo Arns. Com base na análise, verificou-se na narrativa a presença da memória coletiva de um grupo e os seus traumas subsequentes ao período sócio-histórico apresentado na obra. Ademais, observou-se a resistência da escrita contemporânea na narrativa do romance, como também, a luta de mulheres pertencentes às organizações guerrilheiras que resistiram ao contexto ditatorial.

Palavras-chave: Claudia Lage. Memória. Ditadura Militar. Trauma. *O corpo interminável*.

Memory and trauma of the Brazilian military dictatorship in *O corpo interminável* (2019), by Claudia Lage

Abstract: This article analyzes the aspects of memory and trauma, through the literary representation of the military regime in the contemporary novel *O corpo interminável* (2019), by Claudia Lage. As well as it makes a theoretical discussion about the concept of collective memory and trauma; investigates the literary representation of the Civil-Military Dictatorship; as well as

¹ Doutorando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação de Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4115744642693761>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3390-7832>.

² Graduada em Letras-Português pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6736039550687089>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-2644-2670>.

analyzes the composition structure and the categories of the narrative. In addition, the work describes the representation of dictatorship, collective memory, and trauma in the work. This is a bibliographical, qualitative and explanatory research, which aims to highlight the history of women guerrilla who were silenced by all types of repression, prejudices, exclusions and authoritarian views. In addition to reconstructing the traumatic memories of the dictatorship by making the past remembered by new generations, through the resistance of testimony in society. For this, the studies of the following theorists were used: Maurice Halbwachs, Alfredo Bosi, Jeanne Marie Gagnebin, Márcio Seligmann-Silva and Dom Paulo Evaristo Arns. Based on the analysis, it was verified in the narrative the presence of the collective memory of a group and its subsequent traumas to the socio-historical period presented in the work. In addition, the resistance of contemporary writing in the narrative of the novel was observed, as well as the struggle of women belonging to guerrilla organizations that resisted the dictatorial context.

Keywords: Claudia Lage. Memory. Trauma. Military Dictatorship. *O corpo interminável*.

Introdução

A Literatura Brasileira Contemporânea aborda inúmeras temáticas sobre a história nacional e, por essa razão, obras como *O corpo interminável* (2019), de Claudia Lage, são vistas como Literaturas de Resistência ao esquecimento praticado pelos negacionistas após a Ditadura Militar brasileira. Dessa forma, o campo da literatura torna-se essencial para surgir às memórias esquecidas e silenciadas pela repressão vigente da época. Assim, o romance além de trazer muitas perdas, traz também muitas histórias que, na verdade, se transformam em apenas uma aquela não vista pelo povo brasileiro ou não conhecida.

O romance foi publicado em 2019, no mesmo ano em que Jair Messias Bolsonaro assumiu a presidência do Brasil (2019-2022). Com isso, despertou os ideais da extrema-direita na população brasileira com a retomada de opiniões que minimizam o golpe de 1964 e as consequentes barbaridades da época. Dessa forma, a autora emerge as memórias dos anos mais violentos da Ditadura, sob o contexto histórico do governo Médici³. Na tentativa de recuperar as histórias e traumas do passado, evidencia-se, na obra, a participação de mulheres militantes na resistência contra a Ditadura Militar brasileira.

Assim, o objetivo geral deste texto é analisar os aspectos da memória coletiva e do trauma presentes na narrativa do romance. O trabalho também objetiva discutir teoricamente a noção de memória coletiva e trauma, bem como, examinar a estrutura de composição e analisar as categorias da narrativa. Além do mais, propõe-se descrever a

³ Emílio Garrastazu Médici foi o 28º presidente da República do Brasil e governou o país entre 30 de outubro de 1969 e 15 de março de 1974. O governo Médici foi um dos períodos mais repressores da Ditadura Militar no Brasil.

representação literária da Ditadura Civil-Militar, da memória coletiva e do trauma em *O corpo interminável* (2019), de Claudia Lage.

Este estudo crítico é motivado, especialmente, pela necessidade de discutir e refletir sobre os conceitos de memória na literatura, escrita de si e, sobretudo, a literatura de testemunho como uma forma de representar as experiências memorialísticas de pessoas que testemunharam um acontecimento catastrófico que deixou marcas e traumas. Por essa razão, o romance *O corpo interminável* é um importante livro a ser pesquisado por conter vozes ficcionais femininas que conservam a memória coletiva e traumática da Ditadura Militar em sua narrativa. Assim, contribui para a vasta fortuna crítica como uma forma de elencar as lacunas presentes na obra ao mostrar as perdas, os afetos interrompidos e silenciados.

Logo, é preciso evidenciar a história dessas mulheres guerrilheiras que foram silenciadas pela repressão vigente da época ao fazer com que o passado seja lembrado por novas gerações. Além de colocar as obras literárias contemporâneas em evidência, pois estas trazem um grande impacto na sociedade, sobretudo por relacionar a literatura e a história. Sendo assim, o romance busca representar cenas de horror no período da Ditadura e, também, cenas do presente através da luta das personagens ao rememorar os acontecimentos passados que foram apagados da memória nacional.

Apresentar-se-á, inicialmente, uma discussão teórica a respeito da memória coletiva e do trauma, assim como uma contextualização sobre as torturas vivenciadas por mulheres guerrilheiras durante a Ditadura no Brasil e as considerações acerca da literatura como uma forma de resistência. Após isso, apresenta-se breves informações da vida e obra de Claudia Lage, seguida da análise da obra.

1 Memória coletiva, trauma, Ditadura e literatura como resistência

Tendo em vista que o artigo analisa a presença da memória coletiva e dos traumas provocados por eventos catastróficos do passado na referida obra, faz-se aqui uma sistematização dos principais pressupostos teóricos que caracterizam o conceito de memória coletiva e trauma. Logo, por tratar-se de um romance ficcional que aborda literariamente o período da Ditadura Militar brasileira, realiza-se um apanhado da repressão sofrida por mulheres militantes como uma forma de mostrar a perda provocada pelo silenciamento e

apagamento da memória. E também, será contextualizada a proximidade entre a narrativa e a resistência como um modo de tornar o passado cada vez mais presente.

1.1 A memória coletiva: conceito e características

Da Sociologia à História, a memória vem sendo estudada há muitas décadas em diversas áreas da ciência. O sociólogo francês Maurice Halbwachs, por exemplo, foi um dos primeiros pesquisadores a dedicar-se ao estudo da memória sob uma nova perspectiva que se difundiu após a publicação póstuma de sua obra deixada inacabada *A memória coletiva* (1950). O sociólogo trouxe uma ruptura com o conceito de memória que se tinha até o início do século XX ao abordar a área das Ciências Sociais como um novo campo de estudos sobre a memória.

Assim, ele aborda o conceito principal de memória coletiva e menciona que a memória é formada pelo indivíduo a partir do seu processo de interação social. Dessa forma, “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós” (Halbwachs, 2006, p. 30). Ou seja, a memória do indivíduo nunca estará isolada, pois a partir do momento em que lembra faz referência com o mundo exterior na sua relação com o outro, necessitando, assim, de uma comunidade afetiva.

Para Halbwachs, a memória é vista como uma construção social sendo constituída por meio das relações sociais entre grupos de indivíduos. Com isso, as lembranças recordadas facilmente e aquelas que aparentemente foram esquecidas “estão sempre a nosso alcance porque se conservam em grupos nos quais temos liberdade de entrar quando quisermos, nos pensamentos coletivos com os quais estamos sempre em estreito relacionamento” (Halbwachs, 2006, p. 67). Halbwachs (2006) ainda elenca que não há a necessidade do indivíduo de testemunhar o momento do evento traumático para recordar e confirmar uma lembrança.

O autor ainda menciona que “a memória coletiva contém as memórias individuais, mas não se confunde com elas” (2006, p. 72), ou seja, o indivíduo possui memórias coletivas e individuais que se inter-relacionam, porém não se misturam. Assim, a memória individual

é vista pelo sociólogo francês como “interior, pessoal e autobiográfica”, que se apoia na memória coletiva “exterior, social e histórica” (2006, p. 73).

Por fim, Halbwachs afirma que a linguagem escrita ou falada de um indivíduo, assim como suas experiências individuais, permite que este recorde as lembranças do meio social em que vive. Ou seja, a memória individual baseia-se na memória coletiva dos grupos sociais em que o indivíduo está inserido, e consequentemente é influenciado por esses grupos a partir das “palavras e ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente” (Halbwachs, 2006, p. 72). Desse modo, pode-se perceber a relação de dependência entre a memória individual e a coletiva.

Um texto que dialoga com essa teoria de Halbwachs é o livro *Lembrar escrever esquecer* (2006), de Jeanne Marie Gagnebin, no qual a autora defende a tensão entre “a presença e a ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente”, indicando a força e a fragilidade da memória e da escrita (Gagnebin, 2006, p. 44).

Com base nisso, a autora constrói o conceito de memória e remete a uma “fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente” (Gagnebin, 2006, p. 55). Em outras palavras, trata-se de não esquecer o passado, mas também permanecer no presente, logo, a memória torna-se um processo ativo de reconstrução e seleção de um passado que não se deve repetir no presente.

Dessa forma, a memória é necessária no processo de recordação, pois “somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente” (Gagnebin, 2006, p. 57). A autora ainda acrescenta que o dever do indivíduo é “preservar a memória” e resgatar as “tradições, as imagens, as falas, e as vidas”, sendo assim, o lembrar-se é indispensável (Gagnebin, 2006, p. 97).

1.2 Trauma, resistência e Ditadura Militar

O período da Ditadura Civil-Militar brasileira foi relatado por Dom Paulo Evaristo Arns no livro *Brasil: nunca mais*, com a iniciativa do Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo e conta com uma ampla pesquisa sobre os relatos dolorosos da repressão e a tortura política no Brasil. Dentre os principais pontos apontados por Arns,

destacam-se as mulheres torturadas, gravidez e abortos, como eram efetuadas as prisões e as consequências da tortura.

Durante o longo período da Ditadura no Brasil, as mulheres guerrilheiras foram duplamente aterrorizadas pelo sistema repressivo que “não fez distinção entre homens e mulheres. O que variou foi a forma de tortura” (Arns, 2014, p. 45). Dessa forma, o autor elenca que os torturadores por serem do sexo masculino, utilizavam os mais tenebrosos métodos contra a sexualidade feminina de muitas presas políticas. Sendo assim, a principal tortura era por meio de “choques elétricos em vários lugares do corpo, inclusive nos braços, nas pernas e na vagina” (Arns, 2014, p. 46). Dessa maneira, constata-se a forma como o corpo feminino era extremamente violado.

Além disso, Arns menciona que durante os interrogatórios ocorria a “coação psicológica” de mulheres que chegavam grávidas e “para as forças repressivas, as razões de Estado predominavam sobre o direito à vida” (2014, p. 47). Com isso, o autor cita que havia a ameaça constante de abortos e partos prematuros de bebês “arrancados à ponta de faca” dos seus ventres, já que os interrogatórios aconteciam em qualquer horário do dia ou da noite, muitas mulheres perderam os seus filhos e, conseqüentemente, suas vidas logo em seguida (Arns, 2014, p. 49).

Arns ainda menciona a insegurança das pessoas de andar pelas ruas sozinhas naquele período, pois os “suspeitos” políticos contrários ao governo eram detidos na forma de sequestros “sem qualquer mandado judicial nem observância de qualquer lei” (Arns, 2014, p. 77). Ou seja, os presos políticos eram surpreendidos por prisões ilegais em suas residências ou nas ruas e levados sem qualquer esperança de retornar às suas famílias. Desse modo, o autor menciona que a Ditadura ocasionou sequelas de “ordem física, psicológica e moral” em suas vítimas. Após esse período, Arns (2014) aponta que houve inúmeras denúncias, no entanto muitos se calaram a respeito das torturas que foram submetidos e aos torturadores, já que o medo e os traumas foram gerados pela forma de violência sofrida.

Seligmann-Silva, em “A história como trauma”, texto presente na obra *Catástrofe e representação* (2000), baseando-se na teoria freudiana do trauma afirma que “o trauma é um dos conceitos-chave da psicanálise, e o tratamento psicanalítico – simplificando – existe em função do trabalho de recomposição do evento traumático” (Seligmann-Silva, 2000, p. 84). Com isso, o autor desenvolve a ideia de que o trauma é uma “ferida na memória” de um indivíduo que passou por algum evento traumático.

Seligmann-Silva segue o pensamento freudiano e menciona que para Freud “o trauma é caracterizado pela incapacidade de recepção de um evento transbordante” (2000, p. 84). Ou seja, o indivíduo que presenciou uma situação traumática não consegue testemunhar o “irrepresentável”, pois vai além dos “limites” de sua capacidade de percepção. O autor ainda discute que as vivências traumáticas causam no indivíduo uma “compulsão à repetição da cena traumática” (2000, p. 84). Além de sempre voltar à “cena do trauma, sobretudo nos sonhos” (2000, p. 84 – 85).

Ainda com relação às principais considerações acerca do conceito de trauma a partir da noção freudiana, Seligmann-Silva (2002) relata que o século XX foi acometido por inúmeras “pós-catástrofes”, porém “esse prefixo pós não deve levar a crer de modo algum em algo próximo do conceito de ‘superação’, ou de ‘passado que passou’. Estar no tempo ‘pós’-catástrofe significa habitar essas catástrofes” (Seligmann-Silva, 2002, p. 136). Isto é, os acontecimentos catastróficos do passado não podem ser considerados como algo que possa ser superado ou esquecido da memória individual ou coletiva da sociedade.

Sendo assim, para o autor o passado deve estar sempre presente na memória, porém, de fato a “pós-catástrofe” é esquecida e apagada continuamente da memória histórica da sociedade. Mas, apesar da força do esquecimento, para Seligmann-Silva (2002) há dois meios eficazes de manter vivo o passado, os quais são: a sua representação nos meios de comunicação e, principalmente a literatura como forma de tornar-se um campo de conhecimento das vivências traumáticas.

Ademais, a literatura é considerada como um importante meio para difusão do conhecimento e por esse motivo há a necessidade de refletir sobre as aproximações entre resistência e narrativa. Dessa forma, Alfredo Bosi apresenta na obra *Literatura e resistência* (2002), mais especificamente no capítulo “Narrativa e resistência”, os principais conceitos e características da resistência. Conforme Bosi (2002, p. 118), “resistir é opor a força própria à força alheia. O cognato próximo é in/sistir; o antônimo familiar é de/sistir”, ou seja, a palavra resistência é definida como uma força interior do sujeito que resiste a outra força, exterior a ele. Ademais, Bosi (2002, p. 118) ainda acrescenta que a resistência é “um conceito originalmente ético e não estético”.

Segundo o autor, o termo Resistência e suas principais aproximações com os três termos: “cultura”, “arte” e “narrativa” foram originados nos anos entre 1930 e 1950, quando os intelectuais engajaram-se contra o fascismo, o nazismo e qualquer regime totalitário da

época (Bosi, 2002, p. 125). Além disso, Bosi (2002) ainda menciona que há dois tipos de resistência quando conjugada a narrativa e que não são excludentes, são elas: a) a resistência como tema e b) a resistência como forma imanente da escrita.

Para Bosi, a resistência como tema, é vista de forma mais explícita no corpo do texto, quando contém uma representação que demonstra um posicionamento contra os antivalores que operam em um determinado meio, por essa razão há a “resistência como tema” presente nas lutas sociais (Bosi, 2002, p. 125). Já a resistência como forma imanente da escrita, de acordo com Alfredo Bosi, corresponde a categorias que formam o texto narrativo, como por exemplo, o ponto de vista e a estilização da linguagem. Dessa forma, o autor menciona que a resistência surge da “tensão eu/mundo” relacionada à maneira como o autor questiona a sua realidade e a forma como a sua liberdade para escrever suas obras evidencia a sua resistência (Bosi, 2002, p. 130).

2 *O corpo interminável: a memória de um passado ainda presente*

A obra aqui analisada apresenta vozes ficcionais de personagens narradores que vivenciaram a Ditadura Civil-Militar no Brasil ao mencionar o passado com a história da guerrilheira Julia e de outras mulheres que se envolveram na militância, e, também por personagens que desconhecem os ocorridos do passado de seus pais, Daniel e Melina. Diante disso, o foco principal da análise será analisar os aspectos da memória coletiva e do trauma, assim como descrever a presença da ficcionalização do regime ditatorial brasileiro no romance.

2.1 Claudia Lage (1970-): vida e obra

Claudia Lage Flores Menezes é uma escritora brasileira, nasceu em 26 de julho de 1970, na cidade de Rio de Janeiro, durante um dos períodos mais violentos e sombrios do país, a Ditadura Militar (1964-1985), é professora, escritora e roteirista. Com relação a sua vida acadêmica, Lage cursou duas faculdades no mesmo período de tempo: Teatro, na UNIRIO; e Letras, na UFF. A autora é Mestre em Literatura pela PUC-Rio. Após sua formação foi aprovada em um concurso para professora substituta de Literatura na UFF e

fez parte de um grupo de teatro como atriz e autora. Atualmente, Lage ministra cursos de roteiro de TV, criação literária, literatura, série e telenovela no Rio de Janeiro.

A respeito de sua participação na televisão, Lage foi contratada pela emissora Rede Globo após participar de uma oficina de autores. Assim, a autora trabalhou como colaboradora do autor Manoel Carlos nas novelas “Páginas da vida” (2006) e “Viver a vida” (2009). Em 2013, escreveu a novela “Lado a lado”, em parceria com o autor João Ximenes Braga, com isso, conquistou o Prêmio Emmy Internacional de melhor telenovela. Ainda como roteirista, Lage trabalhou na Conspiração Filmes, entre outras produtoras. Ademais, a autora venceu os concursos de contos Rio Arte Stanislaw Ponte Preta, em 1996, com “A hora do galo” e Guimarães Rosa da Rádio França Internacional em 2001, com “Uma alegria”.

A escritora possui uma rica produção de obras. O primeiro de sua autoria é o livro de contos *A pequena morte e outras naturezas*, publicado em 2000 que aborda temas como amor, morte e relações humanas. Lage foi colaboradora do livro *Língua e literatura: uma questão de educação?*, publicado em 2001, em parceria com a autora Cyana Leahy-Dios. Em 2009 a autora lançou o livro *Mundos de Eufrásia* que discute sobre aspectos da igualdade de gênero e emancipação feminina, com esse romance foi finalista do Prêmio São Paulo de Literatura em 2010 na categoria Autor Estreante.

Ademais, publicou o livro *Labirinto da palavra*, em 2013 com ensaios-crônicas sobre literatura e criação literária, que em 2014, recebeu o Prêmio de Literatura de Brasília e foi finalista do Prêmio Portugal Telecom. Em 2019, lançou o livro *O corpo interminável*, um romance pós-Comissão da Verdade, que recebeu o Prêmio São Paulo de Literatura como melhor romance de ficção no ano de 2020.

2.2 O corpo interminável, fragmentado e extinto

O corpo interminável é um romance contemporâneo brasileiro que aborda literariamente os acontecimentos da Ditadura Militar brasileira vivenciado por mulheres guerrilheiras. Publicado em 2019, pela editora Record, a edição possui na capa a ilustração da artista visual Marcia de Moraes, denominada como *As cordas* (2014) que faz referência à matéria humana em movimento ao utilizar tons de vermelho.

Esta arte dialoga diretamente com o título do livro, já que, ao longo da narrativa, a autora menciona inúmeros corpos, especialmente corpos femininos, como explicita a

passagem a seguir: “A imagem é de uma mulher, o corpo nu, o corpo morto de uma mulher” (Lage, 2019, p. 121). Como também, o título faz referência à personagem identificada como Julia, visto que a trama principal da obra é a busca incessante de um filho por vestígios de sua mãe desaparecida no período da Ditadura no Brasil.

Ainda com relação aos aspectos estruturais, a primeira orelha da obra contém um texto da autora Regina Dalcastagnè, na sua perspectiva o ponto central do romance são as mulheres guerrilheiras durante e após o período do regime militar no Brasil. A segunda orelha aborda um pequeno texto sobre a biografia e obras de Claudia Lage. A autora ainda faz uma dedicatória para seu filho, André, agradece a todas as pessoas que a ajudaram na criação de sua obra e utiliza três epígrafes de escritoras renomadas, Clarice Lispector, Hilda Hilst e Anne Sexton.

A presente edição contém 196 páginas divididas em quatro capítulos, denominados por “[distâncias]”, “[presenças]”, “[distâncias]” e “[corpos]”, os quais possuem dois, dezenove, um e vinte e quatro subcapítulos, respectivamente. Os títulos de cada capítulo desempenham importantes atribuições dentro da narrativa, a saber: são apresentados no livro entre colchetes, pois sugere o sentimento de aprisionamento que permeia a narrativa; marcam o tempo cronológico e determinam o espaço físico em que as personagens estão realizando suas ações. Os dois capítulos repetidos, intitulados como “[distâncias]” contam com apenas uma narradora.

A narrativa é polifônica⁴, ou seja, é composta por várias vozes com histórias e relatos densos e desconfortantes das personagens que no decorrer dos capítulos o leitor preenche as lacunas deixadas pela escritora nas entrelinhas de cada fragmento. Assim sendo, o romance predomina a narração em primeira pessoa através de um narrador protagonista ao qual o seu nome é revelado nos fragmentos iniciais: “foi ela que me deu a foto, foi ela que disse, Daniel, veja isto” (Lage, 2019, p. 22).

Há ainda a presença de outras personagens como se pode perceber, por exemplo, na frase inicial do romance: “Estou sozinha e levanto o braço. Me pergunto se este gesto, por

⁴ Mikhail Bakhtin desenvolveu o conceito de polifonia em Problemas da poética de Dostoiévski (1963). Nesta obra Mikhail Bakhtin discute a presença de diversas vozes independentes atuando dentro da narrativa, cada uma com sua própria perspectiva e liberdade discursiva. Ao contrário do romance monológico tradicional, onde o autor dita uma única visão de mundo, o romance polifônico permite que as vozes das personagens tenham igual importância, sem serem subjugadas pela voz do narrador ou por uma única verdade universal. A polifonia, portanto, não é apenas um recurso estilístico, mas uma nova forma de construir a narrativa, baseada na multiplicidade de vozes que coexistem sem serem reduzidas a uma síntese autoritária.

si, já demonstra insanidade, o braço levantado, o resto do corpo imóvel, a sala em silêncio” (Lage, 2019, p. 13). A obra se desdobra em vários narradores, a maioria são mulheres não identificadas, exceto as personagens Melina e Julia, ao lado do único narrador masculino, Daniel, que assume a narração na maior parte da obra.

Diante disso, a narrativa possui formas variadas, como relatos, memórias, acontecimentos, correspondências, conversas e monólogos interiores. Logo, percebe-se a representação da escrita literária contemporânea por conter uma escrita fragmentada, capítulos que não mantêm uma linearidade temporal e não seguem um padrão de tamanho específico, sendo curtos com apenas um narrador ou capítulos extensos com vários narradores.

Outrossim, a respeito da ação, observa-se que a obra apresenta grandes sequências de ações com uma estratégia discursiva que propicia um impacto no leitor no decorrer dos capítulos. Assim, as ações relatadas mostram a busca feita pelo narrador protagonista por informações de sua mãe desaparecida, anos após a Ditadura Militar. O desaparecimento da personagem é o fio condutor para a imersão no romance de outros acontecimentos e histórias de mulheres guerrilheiras que resistiram ao período.

Em *O corpo interminável*, as personagens são consideradas simples e planas, pois possuem um comportamento previsível, ou seja, são estáticas e não se transformam. Dessa forma, o leitor consegue prever seus comportamentos e ações no decorrer da trama. Como por exemplo, o personagem Daniel relata a sua infância como um momento que não desejava lembrar ou falar, já que cresceu imerso ao silêncio do avô sobre o real motivo do desaparecimento de sua mãe, logo ele se considerava como uma criança que “não sabia da sua história, não sabia de nada” (Lage, 2019, p. 25). Quando se tornou adulto, surgiram inúmeros sentimentos pesarosos, os dois sentimentos mais fortes mencionados foram à culpa de ter nascido e a solidão por ter se separado prematuramente de sua mãe:

O nascimento de uma criança que não era esperada por ninguém, escrevo e me arrependo, era esperada pela mulher que a guardava dentro de si, quis dizer que não era esperada pelo mundo, mas assim sugiro que essa mulher que esperava a criança e também essa criança não contam nesse mundo, e não era isso o que eu queria dizer. Queria falar da solidão desses dois seres, a solidão extrema enquanto eram um só corpo, a absoluta quando se separaram. A criança arrancada da mãe não chegou a ser aninhada em seus braços (Lage, 2019, p. 36).

O personagem narrador Daniel é escritor desde menino quando imaginava e escrevia a morte de sua própria mãe. À medida com que foi crescendo e descobrindo que sua mãe é uma guerrilheira desaparecida durante a Ditadura, Daniel resgata a história dela através de pesquisas em bibliotecas e por meio dos familiares e amigos e de outras histórias de mulheres que resistiram e sofreram com todos os tipos de torturas. O personagem utiliza a escrita como uma forma ou uma tentativa de recuperar o passado de sua mãe.

A segunda personagem narradora é nomeada como Melina, conhece Daniel por meio de um único livro exposto em uma biblioteca da cidade do Rio de Janeiro, que cita os desastres da Ditadura Militar. Entretanto, Melina menciona que “não o lia por um motivo pessoal” (Lage, 2019, p. 23). Diante disso, a personagem narra algumas passagens das suas memórias de infância nas férias e as inúmeras dúvidas a respeito da separação dos pais.

No decorrer da narrativa, o leitor supõe que havia uma incompatibilidade política em relação ao regime militar entre os pais de Melina. Visto que, a personagem descobre que sua mãe perdeu uma amiga no período da Ditadura: “a minha mãe perdeu uma amiga nos porões. Uma amiga assassinada” (Lage, 2019, p. 174). Já o pai de Melina fotografava corpos de pessoas assassinadas pela repressão nos “anos Médici”: “a minha mãe encontrou as fotos numa pasta do meu pai, guardada atrás das roupas, no fundo do armário. A minha mãe reconheceu a amiga na moça morta” (Lage, 2019, p. 174), porém essas fotografias simulavam suicídio como um meio de justificar as mortes por parte dos agentes da repressão.

Ademais, as outras personagens narradoras não são nomeadas. A autora utiliza dois capítulos da obra, denominados como “[distâncias]”, para apresentar o monólogo de uma mulher. Sendo assim, o nome da personagem não é revelado, porém o leitor consegue deduzir que seja a guerrilheira desaparecida Julia, mãe de Daniel, pois durante a narrativa a autora elabora uma intertextualidade com o livro *Alice no país das maravilhas* (1865), de Lewis Carroll.

O livro foi o único objeto que restou de Julia na casa de seu pai, possuía anotações da própria personagem em suas margens e era o único elo que aproximava Daniel de Julia, “ele leva o livro para o seu quarto. Mesmo incompleto, há tanto ali. Folheia as páginas, atrás da história de Alice, atrás de quem a leu, uma perseguição de instantes perdidos, uma perseguição fracassada” (Lage, 2019, p. 51). Dessa forma, o personagem protagonista folheava as páginas do livro para tentar descobrir algum vestígio sobre o passado de sua mãe.

As vozes de Daniel e Melina são intercaladas por narrações de outras histórias de mulheres que participavam das organizações políticas de resistência contra o período: duas mulheres escondidas com um bebê e impossibilitadas de saírem às ruas, com pavor de serem sequestradas por agentes da repressão. Uma terceira mulher, ao ser presa, pediu para os policiais para deixar seu bebê na porta da casa dos sogros e uma quarta mulher que foi trancada no quarto, por seu companheiro com o receio de que ela fosse presa pelos opressores do regime militar ao ser chamada para uma missão da organização de resistência.

Com base nisso, o tempo da obra é descontínuo, fragmentado e indefinido, pois a narrativa é intercalada entre o passado histórico do golpe de 1964 e o presente das personagens posteriores ao período. O romance inicia-se com a narração do passado ao relatar as seções de torturas vivenciadas pela personagem Julia: “eles falaram que eu ia enlouquecer. Antes de ir embora falaram, você vai enlouquecer aqui sozinha” (Lage, 2019, p. 16). No decorrer dos capítulos, as personagens fazem menção às passagens com narrações do presente ao citar a Ditadura Militar como um período longínquo: “os seus pais viveram naquela época como se vivessem em qualquer outra” (Lage, 2019, p. 23).

O romance não demarca os acontecimentos com uma ordem cronológica, uma vez que não possuem datas específicas em cada capítulo e não há um período para a duração das ações das personagens. A narrativa apresenta o tempo psicológico com reflexões, fluxo de consciência, flashback, sonhos e lapsos temporais como uma forma de resistir ao apagamento e silenciamento que o referido período deixou na vida das personagens.

Ao longo da obra, as personagens citam o lugar físico do enredo que se passa no estado do Rio de Janeiro (Brasil). Por se tratar de um romance que se refere de forma ficcional o período da Ditadura Militar, a autora insere na narrativa um espaço histórico que existiu na realidade do período, denominado como a “Casa da Morte”, um centro clandestino de tortura e assassinatos criado pelos órgãos de repressão da Ditadura Militar Brasileira. O referido lugar se encontra na cidade de Petrópolis (RJ) e é considerado no romance como uma “casa branca” com “porões escuros”, um lugar que “ninguém saía vivo” (Lage, 2019, p. 57-58).

A obra apresenta uma narrativa inacabada, calcada pela inserção das vozes de presas políticas em contexto de Ditadura sem um desfecho final de suas histórias de vida. Além disso, o personagem protagonista Daniel não consegue preencher o vazio de sua história,

pois não encontra vestígios concretos de que sua mãe tenha sido assassinada no contexto ideológico dominante da época.

Por fim, o personagem apenas faz suposições por meio de cartas enviadas por seu pai para o seu avô: “assuntei pelo paradeiro de Julia. Em nome da infância, esse amigo respondeu: Julia esteve num presídio no Rio de Janeiro, não está mais. Talvez esteja em Petrópolis. Deve estar” (Lage, 2019, p. 191). Assim, é necessário mencionar que a narrativa apresenta fatos e ações que se passaram na época do regime ditatorial e que ainda se mantêm presente no período de redemocratização ao abordar as feridas que não cicatrizaram deixadas pelo regime militar em gerações posteriores ao período.

2.3 Memória e trauma da Ditadura Militar brasileira

Analisa-se aqui a representação literária da Ditadura Civil-Militar no Brasil, bem como, a presença da memória e do trauma na obra. Para tanto, o romance aborda uma narrativa que se desenvolve a partir da teoria de resistência elencada por Bosi. Sendo assim, a escrita é um ato de resistência para a personagem Daniel, pois ele a utiliza como uma tentativa de recuperar e entender a história de sua mãe: “sinto muito, digo à Melina, mas olho o que escrevo como uma tentativa, um esforço. Qualquer coisa que escrever agora será ao redor de um centro inseguro, uma descrição que pouco alcança, nada revela, uma junção de palavras e efeitos, não me reconheço” (Lage, 2019, p. 42). Logo, a narrativa apresenta a resistência como tema, mas também como escrita.

Dessa forma, a obra se enquadra nos dois tipos de resistência. A resistência enquanto tema central da obra relata o modo como a autora utiliza a ficcionalização dos traumas da Ditadura Militar vivenciados pelas mulheres militantes no romance, com isso torna-se um importante documento sobre a repressão da época. Já com relação ao segundo tipo, a narrativa contém uma escrita resistente por meio da presença de um narrador que no romance é escritor, cuja composição trabalhada é relatada por meio de um passado rasurado que constitui uma fratura na história. E, assim o personagem protagonista resiste aos antivalores impostos sobre o desaparecimento de sua mãe, a título de exemplo: o desaparecimento e assassinato de Julia não confirmado pelo governo e o silêncio do avô de Daniel sobre a história de sua mãe.

A obra *O corpo interminável* representa a ficcionalização do regime militar por meio de relatos de mulheres que participaram dos movimentos de resistência na época e, dessa forma, a autora coloca o corpo feminino como epicentro da narrativa. Em vista disso, os relatos apresentados sobre a luta de guerrilheiras do passado são intercalados na história do personagem Daniel e de sua busca por respostas ao desaparecimento de Julia que, consequentemente, traz à tona os acontecimentos daquele período.

Sob esse viés, o romance aborda no capítulo “[corpos]” quatro subcapítulos narrados por duas mulheres guerrilheiras, que estavam escondidas em um apartamento no período da Ditadura e impossibilitadas de sair às ruas. O seguinte trecho apresenta a forma como essas mulheres sentiam medo de sair do lugar em que estavam sobrevivendo: “um dia estive lá fora, imagina só, e também vejo as pessoas indo e vindo com compras, mas não podemos sair, você muito menos que chegou há pouco, o seu rosto pode estar num cartaz” (Lage, 2019, p. 158). Esse trecho dialoga com as considerações postas por Dom Paulo Evaristo Arns, o qual elenca que as pessoas contrárias ao regime militar sentiam insegurança em andar pelas ruas de suas cidades e serem surpreendidas e sequestradas por agentes do governo. Logo, era necessário que essas pessoas se exilassem ou se escondessem durante o período.

Concomitantemente a isso, o capítulo “[corpos]” ainda apresenta as principais técnicas de torturas em corpos femininos. Assim, as torturas sofridas por mulheres durante o período eram por meio de choques nos ouvidos, nos seios e na vagina; os abortos forçados, cesáreas sem anestesia e violências físicas, sexuais e psicológicas. No capítulo relata-se a forma como os médicos faziam as cesáreas em mulheres grávidas nas prisões clandestinas: “Quando o médico veio, não o deixaram dar a anestesia. Ela sentiu o corte a sangue frio, a sangue quente. E, de repente, o vazio. Ouviu o choro cortando a cela, entre as paredes imundas, o choro do seu bebê. Antes de desmaiar, estender os braços, mas eles despencaram” (Lage, 2019, p. 93). Logo, a “coação psicológica” nos interrogatórios, assim como as torturas deixaram sequelas físicas, psicológicas e morais nas vítimas, além de inúmeras mortes.

O romance se propõe a trazer à tona as experiências silenciadas de mulheres que foram presas políticas, com isso, observa-se a presença da memória coletiva suscitando os pressupostos teóricos do sociólogo Halbwachs. Assim sendo, a autora aborda as lembranças de uma comunidade afetiva ao dar início, no romance, aos pensamentos e reflexões de uma mulher, que relata as suas vivências em seções de torturas. Dessa forma, mesmo que essa



mulher tenha passado por acontecimentos traumáticos de forma individual essas memórias permanecem coletivas, pois elas estão inseridas em um contexto histórico específico, o cenário da Ditadura Militar no Brasil.

A obra ainda apresenta outros relatos de mulheres vítimas do regime militar que atravessam a narrativa principal com passagens mais curtas e conduz o leitor a uma perspectiva mais ampla do evento catastrófico que ocasionou um trauma coletivo. Como por exemplo, o momento em que uma mulher é torturada e morta, com sinais de que ela própria cometera suicídio: “o último corte que sentiu foi abaixo da axila, próximo aos seios. O mais doloroso foi na barriga, na altura do fígado, foi esse que a matou. Colocaram uma arma em sua mão, atiraram em seu corpo, mas ela não sentiu” (Lage, 2019, p. 172).

As personagens Daniel e Melina se conhecem em uma biblioteca da cidade do Rio de Janeiro, onde os dois leem o mesmo livro sobre as obscuridades do regime militar: “às vezes, durante a leitura, nos olhávamos, felizes. Estávamos lendo coisas terríveis, sofrendo com o alto grau de violência, repressão e medo. Era insuportável pensar que minha mãe havia vivido aquilo. Que os seus pais haviam ignorado tudo aquilo. Era insuportável pensar naquilo” (Lage, 2019, p. 23). Desse modo, o trecho supracitado dialoga com os pressupostos teóricos de Jeanne Gagnebin, pois percebe-se a força de preservação da memória de um grupo por meio da literatura lida pelo casal de personagens.

A narrativa traz consigo as histórias fragmentadas do presente ao mencionar a geração posterior ao período da Ditadura, assim, Daniel e Melina são envolvidos por acontecimentos do passado: “respondei que lia por causa dos meus pais, ou melhor, da minha mãe, que foi guerrilheira, que está na lista dos desaparecidos, como tantos estão, ela me pegou pelo braço. Fomos parar num bar ali perto. Melina não o lia por um motivo pessoal, ao menos foi o que disse” (Lage, 2019, p. 23). Assim, a narrativa é envolta por uma busca constante por respostas sobre o passado político da época.

Ao longo da narrativa, Daniel encontra cartas escritas pelo seu pai, seu avô e um amigo militante de sua mãe, com isso, os registros escritos são primordiais na tentativa de reconstruir o passado. A partir dessa tensão entre a ausência e presença do passado, de acordo com Gagnebin, a memória e a escrita possuem uma força e uma fragilidade, pois elas reconstroem o passado, porém é necessário preservá-las para que assim não ocorra o esquecimento e apagamento.

Ademais, as descrições dos fatos em primeira pessoa e a necessidade das personagens de narrarem suas histórias fazem com que o trauma esteja presente, pois representa o principal objeto de narração por meio do teor testemunhal do romance. Tendo em vista o trecho a seguir da fala de uma personagem guerrilheira: “parei num instante com o pensamento, sim eu já devia ter vinte, àquela altura até mais, contando os anos na prisão, em algum momento, a conta da minha idade se perdeu” (Lage, 2019, p. 158). Logo, o trauma é observado nos relatos das personagens principais, Daniel e Melina, mas também, nas personagens secundárias que adentram a narrativa principal.

Convém também mencionar que no romance Daniel cresceu sem saber o motivo do desaparecimento de sua mãe, provocando a ausência da figura materna e, conseqüentemente de sua história, que desencadeou inúmeros traumas: “Havia um avô e um menino, contei à Melina, esse menino cresceu imerso no silêncio do avô. Não sei se era alegre ou triste, era uma criança que não sabia da sua história, não sabia de nada” (Lage, 2019, p. 25).

Observa-se que o discurso narrativo estabelecido pelo protagonista mostra o silenciamento por parte de seu avô, Sebastião, mas, também indica o possível trauma e culpa vivenciados pelo avô por ter perdido sua filha ao denunciar o grupo de guerrilheiros ao qual Julia fazia parte. Suscitando, assim, uma relação conflituosa com o neto: “O menino ocupa o vazio deixado, uma substituição frustrada desde o início” (Lage, 2019, p. 38).

Ainda com relação ao personagem protagonista, descreve-se na obra o modo como Daniel transpõe a sua imaginação para a escrita. Logo, o personagem registra os relatos de mulheres que estão ou estavam vivas e a angustiante busca pela história de sua mãe como uma forma de tentar reconstruir o passado. E, também, as cartas encontradas por ele deixadas por seus familiares, assim como, os relatos de sua irmã Olivia ao qual conhece no decorrer da narrativa configura um processo de reconstituição de sua origem e os traumas subsequentes.

Por outro lado, Melina também rememora o seu próprio trauma ao reconstruir o passado quando encontra cartas e fotografias nos pertences de sua mãe, que comprovam o envolvimento de seu pai com o regime militar. A personagem descobre o motivo do desgaste emocional de sua mãe, assim como, o fim da relação familiar entre os seus pais. Portanto, a narrativa principal se debruça por investigações de dois traumas diferentes, mas com o mesmo acontecimento histórico como cenário. Com relação a isso, Seligmann-Silva

menção a força do esquecimento depois da “pós-catástrofe”, porém a literatura tem um papel fundamental para a representação dos elementos traumáticos de eventos históricos que atravessam o presente.

O primeiro e terceiro capítulos da obra, nomeados como “[distâncias]” apresentam reflexões angustiantes de uma mulher sobre um sonho que aos poucos se tornam pesadelos com o livro *Alice no país das maravilhas*. Ao longo dos subcapítulos o leitor observa que há a possibilidade dessa mulher não nomeada ser a guerrilheira Julia, pois o livro é o único objeto que restou da personagem: “Nunca encontrei nada dela em casa, só o livro, só Alice” (Lage, 2019, p. 105). Com isso, a personagem vê-se no mundo de Alice, ao passo que Alice também fazia parte da sua realidade.

Para concluir, no sonho, Alice era um monstro que corria atrás da personagem até chegar à toca do coelho, que na realidade, era uma cova: “aquele buraco não era mais a toca do coelho, eu argumentava, era uma cova, eu tinha certeza de que era uma cova” (Lage, 2019, p. 15). Após o sonho, a mulher revive a experiência do medo: “Comecei a bater na minha cabeça, para, gritei, para, batia e sentia a dor, como se fosse real, e de repente era, de repente, eu deitada na cama me batia, aterrorizada por essa voz, essa voz em mim mesma” (Lage, 2019, p. 16). Logo, o monólogo da personagem elabora um intertexto com *Alice no país das maravilhas* e dialoga com as pesquisas de Sigmund Freud citadas por Seligmann-Silva, em que a vítima após vivenciar uma situação traumática tende a ser torturada em seus sonhos.

Considerações finais

Mediante as principais temáticas e a problemática de pesquisa apresentadas, isto é, como estão representados literariamente a memória coletiva, o trauma, assim como o regime militar brasileiro no romance *O corpo interminável*, de Claudia Lage. Sendo assim, verificou-se que a autora utiliza o contexto sócio-histórico para representar a forma como as personagens estabelecem um elo entre o passado, presente e o futuro, são três temporalidades distintas, porém emergem em apenas uma história silenciada do nosso país.

Com relação à ficcionalização do período histórico mencionado, o presente trabalho buscou analisar a repressão sofrida por mulheres, durante as sessões de torturas em prisões clandestinas. Dessa forma, constatou-se que a obra traz uma narrativa densa que aborda a

importância do relato de mulheres militantes. Assim, ao longo da obra a busca por Julia torna-se um fio condutor para o testemunho de outras mulheres que vivenciaram o mesmo sistema repressivo, com isso, o romance é construído por histórias de corpos femininos minoritários, esquecidos e menosprezados pelo Estado.

A narrativa é “invadida” pela memória coletiva e os traumas das personagens que compõem *O corpo interminável* e, desse modo, o romance contém representações de acontecimentos do passado que podem retornar na sociedade atual. Desse modo, Lage tem-se uma preocupação em conservar a memória e os traumas sofridos por gerações anteriores, no período da ditadura militar e que perpassam para as gerações futuras, por meio do personagem protagonista e os seus traumas desencadeados no decorrer da narrativa.

Ao denotar a presença da memória coletiva e do trauma no romance, é de suma importância demarcar os eventos traumáticos que deixaram “feridas” na memória de um grupo e nos seus conceitos de identidade ao narrar à memória de um passado ainda presente. Assim como as lembranças que continuam a perpassar sobre o período opressor vivenciado por aqueles que atualmente foram apagados da memória brasileira.

Em suma, o romance *O corpo interminável* apresenta a necessidade de narrar às vozes silenciadas, as interrupções, as lacunas e, principalmente, as perdas. Além disso, observou-se a importância da escrita contemporânea na obra supracitada e a forma como essa escrita faz com que o leitor perceba as fissuras, os deslocamentos, os fluxos da grafia contemporânea e a fragmentação, por meio dos acontecimentos do passado e do presente nas diversas linhas, inclusive nas entrelinhas que a autora utiliza de maneira subentendida e imperceptível no primeiro momento. Assim sendo, a escrita torna-se uma forma de resistência e de testemunho, pois em cada linha da obra a autora buscou mostrar o processo reflexivo da escrita ao aproximar a ficção, o imaginário e a realidade de vivências silenciadas da história nacional.

Referências

ARNS, Dom Paulo Evaristo; WRIGHT, Jaime. (Orgs.). **Projeto Brasil: Nunca Mais**. Tomo I. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 1985.

BOSI, Alfredo. Narrativa e resistência. In: **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 118-135.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar Escrever Esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

JÚNIOR, Benjamin Abdala. **Introdução à análise da narrativa**. São Paulo: Scipione, 1995.

LAGE, Claudia. **O corpo interminável**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. *In*: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, 2000, p. 73-98.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura e trauma. **Pro-Posições**. Campinas, SP, v. 13, n. 3, p. 135-153, 2006. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643943>. Acesso em: 01 fev. 2025.

